

O ESTADO DE S. PAULO

PUBLICADO DESDE 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984) | LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
 FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1900) | JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
 JULIO MESQUITA (1885-1927) | JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1999)
 JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1929) | LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1947)
 FRANCISCO MESQUITA (1915-1969) | RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 PRESIDENTE: ROBERTO CRISÓSTOMA MESQUITA
MEMBROS
 FERNANDO C. MESQUITA
 FRANCISCO MESQUITA NETO
 GETULIO LUIZ DE ALENCAR
 JULIO CESAR MESQUITA

FRANCISCO MESQUITA NETO | DIRETOR PRESIDENTE
 JOÃO FABIO CAMINHO | DIRETOR DE JORNALISMO
 MARGARITA UEMURA SAMPAIO | DIRETORA JURÍDICA
 NELSON GARZERI | DIRETOR DE TECNOLOGIA

AV. ENGENHEIRO CAETANO ALVARES, 55
 CEP 02598-900 - SÃO PAULO - SP
 TEL: (11) 3656-2122 | REDAÇÃO @ ESTADAO
 FAX: (11) 3656-2940
 E-MAIL: forum@estadao.com

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO LEITOR:
 FALTE COM A REDAÇÃO:
 3656-2122
 88000100@estadao.com

CLASSIFICADOS POR TELEFONE:
 3655-2000

VENZAS DE ASSINATURAS: CAPITAL:
 3650-9000
 DEMAIS LOCALIDADES:
 0800-014-9000

VENZAS CORPORATIVAS: 3656-2017

CENTRAL DE ATENDIMENTO ÀS AGÊNCIAS DE
 PUBLICIDADE: 3656-2530 - da@estadao.com
 PREÇOS VENDA AVULSA: SP: R\$ 5,00 (SEGUNDA A
 SÁBADO) E R\$ 7,00 (DOMINGO); RJ, MG, PR, SC E DF:
 R\$ 5,50 (SEGUNDA A SÁBADO) E R\$ 8,00 (DOMINGO);
 ES, RS, GO, MT E MS: R\$ 7,50 (SEGUNDA A SÁBADO)
 E R\$ 9,50 (DOMINGO); BA, SE, PE, TO E AL: R\$ 8,50
 (SEGUNDA A SÁBADO) E R\$ 10,50 (DOMINGO); AM, RR,
 CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO: R\$ 10,00 (SEGUNDA
 A SÁBADO) E R\$ 11,00 (DOMINGO)
 PREÇOS ASSINATURAS: DE SEGUNDA A DOMINGO
 - SP E GRANDE SÃO PAULO - R\$ 19,00 (MÊS). DEMAIS
 LOCALIDADES E CONDIÇÕES SOB CONSULTA.
 CARGA TRIBUTÁRIA FEDERAL: 3,65%

Espaço Aberto

É Bolsonaro a real fraude nas urnas eletrônicas

* José Nêumanne

Só um débil mental ou um idiota total se submeteria ao vexame que o presidente da República protagonizou em sua live de 29 de julho sem ter certeza absoluta do que tinha a dizer. Mas ele não cumpriu a garantia de relatar provas de fraude nas urnas eletrônicas. E tentou disfarçar duas mentiras dizendo: "Não tem como comprovar que as eleições foram ou não fraudadas. Um crime se prova com vários indícios". Nenhum sistema penal do mundo civilizado condena um réu sem culpa comprovada. A milenar presunção de inocência é expressa em latim *in dubio pro reo* (na dúvida, a favor do réu). Mesmo considerando sua crassa ignorância, nada o autoriza a substituir prova por indício, que não são sinônimos em língua alguma.

A falácia parética, se não fosse patológica, foi cometida em flagrante delito de uso do espaço público (o palácio) e divulgada por rede oficial de televisão e rádio, cujo funcionamento revela estelionato do chefe do Executivo na conquista do eleitorado. A ex-TV Lula, tornada TV Jair, foi jurada de extinção pelo candidato à Presidência no último pleito como uma das consequências de seu lema mais eficaz: "Mais Brasil e menos Brasília". A mera transmissão comprova a falta promessa eleitoral. Mas ninguém pode dizer que o chefe do desgoverno tenha economizado. Muitos outros crimes cometeu na *stand up comedy* por ele encenada, agora com o evidente objetivo de enganar mais eleitores na disputa de 2022.

Também não se pode dizer que tenha dispensado cúmplices. Desta vez um estrepante entre os habituais coadjuvantes do show mambembe, chamado por ele de "analista Eduardo", coronel de Artilharia (portanto, seu coleguinha na "modalidade de matar", como define a arma) da reserva Eduardo Gomes da Silva, disse que "as urnas têm problemas e precisam de melho-

rias". Fê-lo baseado na experiência que teve de espionar a fidelidade de parlamentares governistas em votações e redes sociais para informar ao seu chefe, o general Luiz Eduardo Ramos, se mereciam que fossem liberadas as emendas orçamentárias que eles exigiam.

"Sem eleições limpas e democráticas, não haverá eleição. (...) Nós exigimos juntos, pois vocês são de fato o meu exército", proclamou o próprio Jair Bolsonaro no vídeo para a chamada das manifestações convocadas para domingo 1.º de agosto, em apoio ao voto impresso. Por isso, no 6.º Seminário Caminhos Contra a Corrupção, do Instituto Não Aceito Corrupção, o ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior lhe atribuiu "a prática de homicídios comissivos em

Presidente insiste na ideia da eleição fraudada porque sabe que ele próprio a encarna

série", ou seja por ação direta, não por omissão. O presidente da República, aliás, cometeu também o mais grave dos crimes de não fazer o que deveria. De acordo com o filósofo e sociólogo José Augusto Guilhon de Albuquerque, em entrevista publicada no *Blog do Nêumanne* no portal do **Estadão**, mesmo tendo sido eleito para isso, não governa. Dever também não cumprido pelos aliados do Centrão, que, segundo o entrevistado, só saíam o erário.

A narrativa mentirosa com a falsa reivindicação do voto impresso (de interesse exclusivo de milícias) é pretexto para autogolpe similar ao ensaiado por Donald Trump nos Estados Unidos para impedir a posse do vitorioso na eleição presidencial. E faz parte de um projeto mais amplo de extermínio de instituições democráticas e conquistas da civilização, objetivos do neonzismo e do neofascismo, expostos em sua pose gaíta ao

lado de Beatrix Storch, neta de um ex-ministro de Adolf Hitler no 3.º Reich.

Segundo o Instituto Socioambiental, em dois anos e meio de seu desgoverno a devastação da Amazônia Legal aumentou 48,31%, com unidades de conservação e terras indígenas afetadas. Ele resistiu a demitir o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, flagrado em participação em furto de madeira nobre do bioma. A demolição da instrução pública, iniciada pelo bancário Abraham Weintraub e completada pelo pastor Milton Ribeiro, tem o mesmo objetivo de volta à barbárie. Assim como a negativa de impedir o incêndio do depósito da Cinemateca Brasileira na Vila Leopoldina, se tivesse entregue a gestão da instituição cultural ao Estado de São Paulo. O pior de sua obra de exterminador da vida e do bem é a sabotagem criminosas às medidas restritivas do contágio da pandemia (isolamento e uso de máscara), à imunização salvadora, e a prescrição de charlatão de remédios ineficazes para reduzir a mortalidade.

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos, tem razão ao escrever no Twitter: "Já passou da hora do STF, Câmara e Senado colocarem um limite a postura golpista e conspiratória do Presidente da República. Se não fizerem isso agora, quando decidirem fazer, será tarde demais. Todos que se acham protegidos hoje podem ser as próximas vítimas".

De fato, a hora é já. E, por enquanto, só a Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid, no Senado, e o Tribunal de Contas da União parecem ter atentado para a gravidade desta hora. Bolsonaro tem razão: a democracia e a civilização são ameaçadas pela real fraude eleitoral, que ele encarna, ao trair os cidadãos que o sufragaram pelo fim da corrupção.

* JORNALISTA, POETA E ESCRITOR

O veneno da reeleição e a agenda 2022 de combate à corrupção

* Roberto Livtano

Há quase um ano, o cientista político, professor e ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso reconheceu publicamente a nocividade da reeleição no Executivo para o País, 20 anos depois de sua aprovação, ainda que se tenha beneficiado dela quando esteve no poder.

Penso nunca ter ficado tão escancarado quanto desastrosa a reeleição é para o Brasil como hoje, pela absoluta negação do princípio constitucional da supremacia do interesse público. Ela é desafiada todos os minutos, entre nós, por uma cultura clientelista de compadrio político, alimentada diariamente pela moeda bruta dos cargos de confiança.

O presidente deixa claro que exerce o poder visando exclusivamente a nele se manter, mesmo sem eleições, como ele mesmo e seus ministros já fizeram questão de desmentar. Demonstra apego ao cargo, declarando sem constrangimento que apenas Deus pode retirá-lo da cadeia presidencial, como se não existisse a hipótese de que o povo faça outra escolha em 2022.

Quem teria a coragem republicana de lutar pelo fim da reeleição? E de sustentar a limitação máxima de dois mandatos consecutivos no Legislativo no mesmo cargo para evitar o permissivo e indesejável enraizamento no poder, negador da essência republicana?

É momento fundamental para o STF fazer valer o Pacto de San José, do qual o Brasil é signatário - regra incorporada à Constituição -, admitindo as candidaturas independentes, para ampliar o leque de opções da sociedade, obrigando partidos a sair da zona de conforto buscando *compliance*, transparência e democracia. Ou seja, efetiva integridade partidária.

Mais fácil fingir ser democrata, defendendo o suposto direito de quem teve bom desempenho de permanecer no poder, "esquecendo-se" de que no Brasil se pratica sem

punição, de maneira naturalizada, o caixa 2 eleitoral. Ele é a avançada poderosa para a compra de votos, ainda mais turbulento pelo maior fundo eleitoral do mundo, aumentado pelo Congresso em 185%, para R\$ 5,7 bilhões, além do Fundo Partidário - outro bilhão anual, como se essas fossem nossas mais relevantes prioridades sociais.

É mais confortável esquecer que há parlamentares há seis, oito ou dez mandatos seguidos no mesmo cargo, como se não existisse alternância no poder. Que aqueles que assediavam sexualmente suas colegas no próprio Parlamento e outros apanhados com mais de R\$ 30 mil nas nádegas e cuecas não são cassados. Até mesmo quem mata o marido é difícil ter o mandato cassado.

Preferê-se, em vez de corri-

É essencial que o futuro presidente dê prioridade a uma vigorosa política pública anticorrupção

gir distorções, aprovar Lei de Abuso de Autoridade para enquadrar apenas juizes e promotores, desbotar a Lei da Ficha Limpa, permitindo candidaturas de quem não prestou contas como deveria, fortalecendo o caixa 2 eleitoral e a compra de votos. A matéria foi aprovada na Câmara e está no Senado, assim como a nova Lei de Improbidade, que a esmaga, permitindo nepotismo, consagrando prescrição retroativa e dando seis meses para o Ministério Público investigar qualquer caso, mesmo com dezenas de suspeitos e provas complexas a produzir.

Nesse cenário, as atitudes do presidente continuam desafiando o combate à corrupção e causando preocupações cada vez maiores sobre a prioridade que o tema terá na campanha do próximo ano. A imposição do sigilo de centro anos sobre informações relacionadas aos acessos dos filhos dos presidentes ao Palácio do Planalto é só o mais recente epi-

sódio. Sabemos que sem transparência é impossível lutar contra a corrupção.

A aposta *all in* contra a urna eletrônica insulfa o povo, como se assistiu neste domingo, mesmo sendo o sistema utilizado em quase 50 países do mundo e avaliado por organismos internacionais e por todos os ex-procuradores-gerais eleitorais responsáveis pela fiscalização das eleições das últimas décadas. Vem com ameaça caso não se use o sistema auditado que o presidente quer, mais dois motivos de grande preocupação. A questão essencial não é a defesa da fiscalização dos votos, isso é disfarce para criar alibi a ser usado em caso de derrota neste duelo político. A aprovação hipotética quebraria sigilo de votos e eternizaria discussões judiciais sobre as eleições.

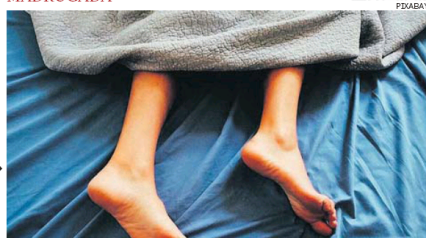
Vejo o combate à corrupção como meio de prevenir a erosão do sistema democrático no País, como se debates exaustivamente ao longo da última semana no 6.º Seminário Caminhos Contra a Corrupção, realizado pelo Instituto Não Aceito Corrupção, cuja carta de conclusões será encaminhada aos presidentiáveis, como contribuição para a formatação da política pública anticorrupção de cada um, com os pontos que consideramos mais importantes para o combate à corrupção no País, debatidos no seminário.

Uma questão não é ser "lavajista" ou não, gostar ou não de tal promotor ou tal juiz: é dar prioridade à agenda anticorrupção como política pública vital e transversal. Preocupação com prevenção, punição, transparência e dados abertos. Isso precisa ser explícito, pois é essencial que o futuro presidente tenha política vigorosa de enfrentamento da corrupção e compromisso prioritário com essa agenda.

* PROCURADOR DE JUSTIÇA EM SÃO PAULO, IDEALIZOU E PRESIDE O INSTITUTO NÃO ACEITO CORRUPÇÃO

No estadoo.com.br

MADRUGADA



SAÚDE

Estudo liga câncer a bebida açucarada



À medida que o consumo de bebidas açucaradas cresceu, também aumentaram os casos de câncer.

GUINNESS

Livro dos records: a maior boca do mundo



A norte-americana Samantha Ramsdell consegue por uma maçã inteira na boca e...

Tema do dia

Retorno ao escritório encontra obstáculo: jovens resistentes

Diferença de gerações se evidencia na pandemia entre colegas que preferem o trabalho presencial ao home office

COMENTÁRIOS DE LEITORES NO PORTAL E NO FACEBOOK

2.720

INTERAÇÕES